

OCUPAÇÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO
NA CONDIÇÃO
DE POBREZA

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Prof. Dra. Maria Eugénia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Lindomar Wessler Boneti

OCUPAÇÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO
NA CONDIÇÃO
DE POBREZA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boneti, Lindomar Wessler

Ocupação do espaço público na condição de pobreza
/ Lindomar Wessler Boneti. – Campinas, SP : Mercado
de Letras, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-380-2

1. Brasil – Condições sociais 2. Espaços públicos urba-
nos 3. Pobreza – Brasil 4. Política educacional I. Título.

15-08265 CDD-305.5690981

Índices para catálogo sistemático:

1. Ocupação do espaço público urbano :
Pobreza : Sociologia 305.5690981

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-lettras.com.br

livros@mercado-de-lettras.com.br

1ª edição

OUTUBRO/2015

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.

É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Introdução | |
| ENSAIO TEÓRICO DA REALIDADE ESTUDADA E A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO | 7 |
| Capítulo 1 | |
| CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MÉTODO TEÓRICO | 17 |
| Capítulo 2 | |
| CARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA PARA EFEITO DO ESTUDO | 25 |
| Capítulo 3 | |
| ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CONDIÇÃO DE POBREZA | 43 |
| Capítulo 4 | |
| ENSAIO DE NOVAS CONSTRUÇÕES TEÓRICAS | 69 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 89 |
| REFERÊNCIA | 93 |

Introdução
ENSAIO TEÓRICO SOBRE A REALIDADE
ESTUDADA E A DELIMITAÇÃO DO
OBJETO DE ESTUDO

A análise que aqui se faz tem origem em dados recolhidos em uma pesquisa cujo projeto intitula-se “Estratégias socioeducativas de apropriação do espaço público por famílias em condições de extrema pobreza no Brasil”. A análise dos dados e o respectivo tratamento deles obtiveram importante colaboração do grupo de pesquisadores do Departamento de Ciências da Educação, da Universidade de Fribourg – Suíça, durante o período do estágio de pós-doutorado lá realizado, especialmente dos professores Tânia Ogay, Jean-Luc Gurtner e Jacqueline Monbaron.

O foco primeiro da análise que aqui se apresenta é trazer subsídios à elaboração e à implementação de políticas educacionais, à medida que busca compreender a dinâmica que envolve a presença da ação do Estado (por meio de políticas educacionais) em ambientes de extrema pobreza e, ao mesmo tempo, a dinâmica da ação do indivíduo e/ou do co-

letivo (por meio das organizações de classe e organizações sociais) na apropriação da ação do Estado.

Nos centros urbanos das cidades brasileiras, é comum o convívio com grupos sociais em condições de extrema pobreza, como é o caso de moradores de rua e/ou pessoas pedindo ajuda ou exercendo atividades não formais para sobreviver. Esse universo constitui uma tipicidade do modelo urbano brasileiro e, portanto, visto até mesmo como uma realidade “normal” não apenas pela população em geral que convive nesses ambientes e pelas instituições públicas responsáveis, mas até mesmo por pesquisadores vinculados à academia.

Do ponto de vista da explicação teórica, esse universo social mostra-se complexo. A princípio, é preciso adotar a compreensão marxista no sentido de explicar este fenômeno como resultante das tipicidades do modo de produção capitalista de exploração de classe a partir do qual teve origem o modelo urbano brasileiro e o seu processo de expansão. Mas em um olhar mais particular sobre o fenômeno estudado, sem deixar de se considerar a classe como explicação primeira, é possível identificar particularidades explicativas que se encontram no interior de uma mesma classe social, como é o caso de um processo de individualização, ou “desfiliação”, como diz Robert Castel (2006 pp. 63-77), não sendo possível compreender o fenômeno simplesmente a partir de uma lógica homogênea de classe. A origem desse processo é mais bem explicada por François Dubet (2006 p. 39) à medida que o autor considera que “o enfraquecimento da ordem das sociedades industriais provocou a desagregação dos *status*, das identidades e dos registros das igualdades e desi-

gualdades”. Nesse contexto, os processos de integração e desintegração mudaram de natureza. A noção de classe perdeu em parte a sua atualidade em decorrência das mutações sociais profundas na ordem das relações sociais de produção, no domínio das identidades em que a cultura de massa degradou as culturas de classe e no registro da ação coletiva (Dubet 2006).

Pode-se adotar ainda a compreensão de que se trata de uma realidade associada a uma nova configuração da condição social de pobreza ou até mesmo da classe trabalhadora, impondo implicações sobre a noção de pertencimento e de vínculos, caracterizada por alguns aspectos importantes, como bem salienta Dubet (2006 pp. 33-62), tais como: a) enfraquecimento da força política da classe trabalhadora a partir da própria perda da cultura de classe, entre outros fatores; b) emergência da pobreza que conjuga a destituição e privação de bens e acessos à negação do *status* de cidadão, seja no desenho institucional do Estado ou nas práticas sociais (deslegitimação de políticas e ações sociais públicas); c) alteração dos processos de integração e desintegração (por exemplo, enfraquecimento do papel da escola e do trabalho/emprego enquanto promotores de vínculos e da integração social).

Mesmo considerando este olhar teórico mais dedutivo do fenômeno analisado, graças à contribuição dos autores citados acima, um olhar mais indutivo, para o interior do fenômeno, desvenda questões ainda não explicadas. Essas questões inserem-se especialmente na relação entre o que se fala dele, a explicação que se dá em relação a este universo social e a explicação que o indivíduo, ele

próprio, convivente com esse universo social, fala de si e do seu grupo. Essas explicações desconstruídas sobre o fenômeno analisado constituem-se um elemento que chamou a atenção para o objeto de investigação, isto é, se por um lado essa realidade social apresenta-se como sendo “normal”, por outro, as explicações e as particularidades que derivam dela são multifacetárias. Trata-se de um universo que produz um número infinito de questões e explicações, desde os motivos dessa condição social, os seus desejos, as condições familiares, entre outras, ou seja, trata-se de um universo que, de um lado, tem o fato como consumado e “normal”, mas, de outro, produz olhares diferentes, desde o senso comum às pesquisas institucionais e reportagens jornalísticas.

A partir de um olhar sociológico um pouco mais apurado, chamou-nos a atenção, por exemplo, a forma de sentir esse universo das pessoas que, dentro deste espaço urbano, circulam e suas interpretações. Chamou-nos a atenção também os olhares jornalísticos sobre esse fenômeno e suas reportagens e, especialmente, as conclusões obtidas sobre esse grupo social por pesquisas realizadas por instituições públicas responsáveis por implementações de políticas sociais direcionadas a esse universo. Os olhares do senso comum, do jornalismo e até as conclusões de algumas pesquisas institucionais produzem conclusões diversas, mas têm um foco comum, o de associar a condição social a escolhas pessoais, de se chegar à conclusão de que grande parte dessas pessoas tem capacitação profissional e lá se encontra por motivos individuais e escolhas pessoais, associando a condição social ao

indivíduo, à preguiça, à cor, à “pobreza de espírito”, entre outras.

A partir desse universo de explicações diferenciadas para um mesmo fenômeno, e ousando utilizar a “imaginação sociológica”, como diz Mills (1982), possibilitou-se elaborar, não ainda uma hipótese, mas uma desconfiança de que o olhar social, acadêmico e institucional para o fenômeno analisado estaria assentado no estigma, ou seja, seriam olhares produzindo conclusões apressadas sobre o fenômeno, deslocando a questão do social para o indivíduo com base no pressuposto de que existe um padrão de “normalidade” do Ser social. Nesse caso, o estigma pode representar um mecanismo de luta pela apropriação do espaço público e isso já foi constatado por Norbert Elias (1994) na relação entre *Os Estabelecidos e os Outsiders* ao afirmar que “a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar”.

Com a preocupação de entrar nesse universo e melhor compreendê-lo, especialmente no sentido de estabelecer diferença entre a condição social como um constructo histórico-social ou a condição social como uma construção associada ao próprio indivíduo, uma primeira abordagem de coleta de dados foi realizada, por meio de entrevistas gravadas, com a preocupação de compreender as razões das condições sociais atuais de famílias e/ou indivíduos na condição de extrema pobreza. Durante essa primeira fase de realização de entrevistas, as inquietações sociológicas aumentaram ainda mais ao

se constatar algo intrigante, certa reação do grupo social pesquisado, dando a entender se constituir de uma reação ao estigma, o que reforçaria ainda mais a desconfiança de que o olhar do senso comum, do jornalismo e da própria academia sobre esse universo estaria assentado no estigma. Ou seja, constatou-se uma reação do grupo social pesquisado ao estigma à medida que, na grande maioria das entrevistas realizadas, as pessoas insistiam em se apresentar dentro dos parâmetros de “normalidade” social, com saber profissional, possuir família, entre outras características, ao mesmo tempo em que, no todo da entrevista, essas informações não se confirmavam. Isto é, vislumbrou-se um cenário intrigante, constituído de duas forças: o estigma e a reação a ele, no âmbito da disputa do “lugar” no espaço público. Essa constatação inicial poderia constituir-se de uma hipótese cuja investigação teria como objeto central a identificação das particularidades dessa disputa do espaço público entre o estigma e a reação, ou seja, um olhar para as ações das duas forças. Mas preferiu-se delimitar ainda mais o objeto de investigação, permanecendo em torno das estratégias de reação ao estigma como mecanismo de ocupação do espaço público. Como se constatou que dentre essas estratégias vislumbravam-se certas práticas educativas e saberes, centrou-se, a pesquisa, no sentido de identificar as estratégias socioeducativas de ocupação do espaço público. Assim, por estratégias socioeducativas entenderam-se, para efeito do estudo, os recursos de sobrevivência criados pelos indivíduos e/ou famílias em condições de extrema pobreza, as quais guardam implicações de aprendizagens e de construção de novos saberes como estratégias de

ocupação do espaço público. Compreendem-se também como estratégias socioeducativas criadas por esse grupo social, como estratégias de ocupação do espaço público, habilidades, saberes e informações produzidos a partir das experiências dos indivíduos e associados a todos, no sentido da produção e reprodução da sua sobrevivência física e social, como é o caso de como lidar com a polícia, como lidar com a concorrência do espaço com os proprietários de estabelecimentos comerciais, como conseguir alimento, higiene do corpo, entre outras.

Após a realização das primeiras entrevistas, foi possível fazer algumas constatações importantes a partir das quais se procedeu ao aperfeiçoamento do instrumento de coleta de informações, tais como:

1. Que é possível identificar, no âmbito das trajetórias de vida das famílias, grandes perdas, normalmente associadas a experiências obtidas nas relações com a escola ou com a vida produtiva (trabalho), as quais explicam a condição de extrema pobreza que se encontrava a família ou a pessoa no momento da pesquisa. Essa constatação despertou a necessidade de se dar atenção também à geração anterior, de se começar a reconstrução da trajetória de vida da família a partir da geração anterior, no sentido de identificar claramente o período ao qual se procederam as grandes perdas.
2. Que o processo de perdas que caracteriza a trajetória de vida destas famílias e/ou indivíduos desencadeou em perdas de

vínculos (institucionais, empregatícios, escolares, religiosos e afetivos, entre outros) resultando, em grande parte, no isolamento do próprio indivíduo.

3. Que esse processo de perdas pode se constituir no diferencial da condição social atual, isto é, a partir dessa constatação foi possível elaborar uma caracterização mais minuciosa do próprio universo social caracterizado como de extrema pobreza.
4. A partir dessa constatação, passou-se a dar uma atenção especial, nas entrevistas realizadas posteriormente, a dois aspectos: primeiramente pela reconstrução da trajetória de vida da família a partir da geração anterior, no sentido de bem localizar a grande perda que justifica a condição atual; em segundo lugar, proceder ao redirecionamento das próprias entrevistas, no decorrer delas, quando necessário, de uma conotação familiar para a individual.

Nesse caso, o foco da investigação foi ampliado para dois principais aspectos: o processo da construção da condição social de extrema pobreza e as estratégias de ocupação do espaço público no âmbito dessa condição social.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a trajetória de vida, por meio de entrevistas abertas, com famílias em condições de extrema pobreza, residentes em bairros periféricos da cidade de Curitiba – Paraná. Utilizaram-se como dados em-

píricos entrevistas com pessoas catadoras de materiais recicláveis, realizadas por Regina de Cássia Bergamaschi Bley (2004), publicadas na dissertação de mestrado intitulada “Educação ambiental no processo de trabalho do catador de materiais recicláveis de Curitiba, estado do Paraná”. Ainda, utilizou-se como material empírico uma pesquisa realizada nos anos de 2003 e 2004, sobre a construção social da noção da desigualdade (Boneti 2004).

A análise das entrevistas centralizou-se fundamentalmente em dois momentos no contexto das trajetórias de vida das famílias e/ou pessoas entrevistadas: a grande perda, a qual pode estar associada à condição social atual, e as estratégias de reconstrução da apropriação do espaço público.